



Tendências da Pesquisa  
Brasileira em  
Ciência da Informação

## BIBLIOTECONOMIA NEGRA BRASILEIRA: caminhos, lutas e transformação

*BRAZILIAN BLACK LIBRARY SCIENCE: paths, struggles and transformation*

Franciéle Carneiro Garcês da Silva<sup>1</sup>

Gustavo Silva Saldanah<sup>2</sup>

**Resumo:** Esta comunicação visa reconhecer a construção de uma Biblioteconomia Negra Brasileira a partir da historicidade, da práxis e da transformação curricular do bibliotecário no contexto das culturas africana e afro-brasileira no Brasil. Abordamos as vertentes que fazem parte da formação em Biblioteconomia relacionadas às problemáticas sociais e à consciência ético-política. No âmbito internacional, realizamos a contextualização da *Black Librarianship* dos Estados Unidos, movimento criado para a introdução do pensamento africano na Biblioteconomia. Por fim, trazemos o conceito de Biblioteconomia Negra brasileira e os fatos, atores, ações e pesquisas que deram origem ao movimento de introdução das culturas afro. As conclusões apontam para as distinções da formação de escolas críticas de pensamento no campo, visibilizando e problematizando a formação de uma tradição brasileira de teorias e de métodos através das lutas e das resistências da sociedade negra do país.

**Palavras-Chave:** Biblioteconomia negra – Estados Unidos. Biblioteconomia Negra – Brasil. História da Biblioteconomia. Educação - Biblioteconomia.

**Abstract:** *This paper recognizes the potential of building a Brazilian Black Library Science from the curricular transformation and the consequent formation of the librarian in the context of African and Afro-Brazilian cultures. We approach the aspects that are part of the formation in Library related to social problems and ethical-political conscience. We contextualized the Black Librarianship in United States, movement created for the introduction of African thought in the American Library and Information Science. We bring the concept of Brazilian Black Library and Information Science and the facts, actors, actions and research that gave rise to the movement in Brazil. The conclusions point to the distinctions of the formation of critical schools, making visible and problematizing the formation of a Brazilian tradition of theories and methods through the struggles and resistances of the black society in Brazil.*

**Keywords:** *Black Librarianship - United States of America. Black Librarianship – Brazil. Library History. Library and Information Science Education.*

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>2</sup> Doutor em Ciência da Informação. Pesquisador Titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Professor Adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: saldanhaquim@gmail.com.

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é resultado de um longo percurso de compreensão do desenvolvimento de uma teoria crítica, pela via da interseccionalidade, pautada na condição do pensamento e da ação das culturas afro-brasileiras em Biblioteconomia e Ciência da Informação. A práxis do bibliotecário negro e a reflexão sobre esta práxis orientam o desenvolvimento do percurso investigativo, no plano teórico e no plano metodológico, desdobrando-se em uma cartografia das ideias, dos gestos, dos passos, das lutas e das transformações provocadas por estes sujeitos históricos em um contexto de exploração profundamente definido pelo racismo, a saber, o território brasileiro.

Especificamente para esta etapa de apresentação dos resultados, esta comunicação visa reconhecer os potenciais de construção de uma Biblioteconomia Negra Brasileira a partir da transformação curricular e da consequente formação do bibliotecário no âmbito das culturas africana e afro-brasileira. Nas seções teórico-conceituais, abordamos as vertentes que fazem parte da formação em Biblioteconomia relacionadas às problemáticas sociais e à consciência ético-política. No âmbito internacional, realizamos a contextualização da *Black Librarianship* dos Estados Unidos, um dos movimentos criados para a introdução do pensamento africano na Biblioteconomia Americana. Por fim, trazemos o conceito de Biblioteconomia Negra brasileira e os fatos, atores e pesquisas que deram origem ao movimento de introdução das culturas afro na Biblioteconomia e Ciência da Informação brasileira.

Para a construção sociocrítica do referencial teórico desta pesquisa, utilizamos livros, artigos e manuais (*Handbook of Black Librarianship* - 1977, 2000) para a contextualização da Biblioteconomia Negra Americana. Para o desenvolvimento crítico e os questionamentos da Biblioteconomia Negra Brasileira, foram utilizados os termos de pesquisa: “negro”, “afro-brasileiro” e “afrodescendente” para busca nos anais e sites dos seguintes eventos científico-profissionais: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBDD) período de no período de 2007 a 2017; no Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB) no período de 1997 a 2017; Painel Biblioteconomia em Santa Catarina no período de 1999 a 2017. Além disso, foi realizado um levantamento de fontes a partir dos referidos termos de pesquisa na Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Base de Teses e Dissertações (BDTD), Repositório das apresentações e palestras nos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (BENANCIB), Federação Brasileira de Associações de

---

Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), Associação Catarinense de Bibliotecários (ACB), Repertório Bibliográfico sobre o Negro, Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB), FEBAB, Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) e Dados do Currículo Lattes de Bibliotecários Negros<sup>3</sup> e de Pesquisadores da área. Para a atribuição do estudo pertencente à biblioteconomia negra, foram lidos os resumos, títulos e palavras-chaves de cada trabalho, e quando não suficientes para compreender se tratavam algum aspecto das culturas africana e afro-brasileira na BCI, o trabalho foi lido por completo. Além disso, retiramos as duplicidades de textos que foram recuperados por mais de um termo de pesquisa, sendo atribuído ao texto o primeiro descritor que o recuperou.

Para esta etapa, serão apresentados somente alguns dos trabalhos, eventos e atores que solidificam a construção da Biblioteconomia nos Estados Unidos e no Brasil. Faz-se necessário alertar que a cartografia do pensamento biblioteconômico negro no Brasil responde por outras abordagens já identificadas pela pesquisa, bem como se condiciona ainda a uma profunda movimentação da práxis destes sujeitos, em diferentes contextos, no âmbito da resistência e da transformação da sociedade racista brasileira.

## **2 BIBLIOTECONOMIA E AS LUTAS POR (RE)CONHECIMENTO DAS POPULAÇÕES NEGRAS NA EDUCAÇÃO**

Cada uma das etnias que compõem o Brasil possui sua história, memória e cultura e teve contribuição na construção do país que atualmente conhecemos. Entre as populações que contribuíram significativamente para a construção do país, encontram-se aquelas de origem africana. O transporte dessas populações aconteceu em um processo de violência e desumanidade, e deixou resquícios que perduram até hoje.

---

<sup>3</sup> Conforme o Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2008), o termo “negro” significa: a) Adj. (Indivíduo) Que tem a pele escura; b) S. A cor preta; c) Adj. Dessa cor; d) Diz-se dessa cor. Para esta pesquisa, foi entendido como “bibliotecárias e bibliotecários negros” pessoas graduadas em Biblioteconomia e que apresentavam traços fenotípicos (pele negra/escura e/ou cabelo crespo ou cacheado) de pessoas de origem africana, conforme a identificação feita pela pesquisadora no momento da coleta dos dados no Currículo Lattes. Consideramos também como bibliotecárias e bibliotecários negros, aqueles bibliotecários que se autodeclararam como negros ou pardos no questionário de caracterização durante a coleta de entrevista do estudo.

---

A tentativa de (re)conhecimento dessas populações e de luta por direitos sociais acontece desde o momento em que os povos vindos de África colocaram seus pés em solo brasileiro. As lutas dos movimentos sociais negros por direitos garantidos pela Constituição do Brasil estabelecida em 1988 ainda são pautas de diversas reivindicações na esfera política.

Em 2018, completaram-se 130 anos da Abolição da Escravidão no Brasil, mas a situação dos afrodescendentes no país, conforme os índices do Mapa da Violência e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ainda é preocupante, visto que são os mais afetados social e economicamente. O referido Mapa aponta que a população negra ainda é a que mais sofre com homicídios, pobreza e discriminação racial. No nosso entendimento, isso ocorre pois estamos em uma sociedade estruturalmente racista que visa manter o poder nas mãos dos grupos da elite dominante composta majoritariamente por pessoas não-negras.

Quando pensamos em educação, encontramos avanços que visam incorporar a História da África e dos Negros no currículo escolar e do ensino superior. Entre os marcos regulatórios que estruturam o campo educacional brasileiro, destacamos a ainda vigente Lei das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) sancionada em dezembro de 1996, que se refere à inserção no currículo oficial de ensino da temática das Histórias e Culturas Afro-brasileira e Indígena. Esta sofreu alterações pela Lei Federal nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de histórias e culturas africana e afro-brasileira nos ensinos fundamental e médio brasileiros, e proporcionou um grande avanço no que concerne à discussão das culturas e publicação de materiais didáticos e científicos sobre o tema. Posteriormente, a referida Lei foi alterada novamente, desta vez pela Lei Federal nº 11.645/2008, e introduziu também o ensino e história das culturas indígenas no ensino do país (BRASIL, 1996, 2003, 2008). Conforme Coelho e Soares (2016), estas Leis buscam trazer visibilidade às demandas dos povos negros e indígenas mobilizados enquanto atores políticos para conquistar os direitos assegurados pela Constituição de 1988.

O Brasil criou Planos Nacionais e Diretrizes Curriculares para a inserção da História da África e do Negro nos currículos de instituições brasileiras, inclusive para o ensino superior. A Resolução CP/CNE nº 1, de 17 de junho de 2004, em seu Artigo 1º institui

[...] Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e

---

Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores (BRASIL, 2004, p. 01).

Além disso, ainda no Artigo 1º, inciso 2, informa que o “cumprimento das referidas Diretrizes Curriculares por parte das instituições de ensino será considerado na avaliação das condições de funcionamento do estabelecimento”. Em seu Artigo 5º, esta Resolução estabelece que os docentes dos cursos ministrados sejam “competentes no domínio de conteúdos de ensino e comprometidos com a educação de negros e não negros, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes, palavras que impliquem desrespeito e discriminação” (BRASIL, 2004, p. 01).

Quanto à educação das relações étnico-raciais implementadas pelas Diretrizes, esta visa à reeducação das relações entre brancos e não-brancos, ou seja, que os indivíduos sejam reeducados quanto à valorização das identidades, culturas e das histórias de populações não-brancas que construíram e compõem o país. O que se propõe é o conhecimento sobre essas populações até então invisibilizadas para que suas histórias e culturas sejam discutidas e respeitadas, e assim haja a erradicação da discriminação e do preconceito racial (BRASIL, 2004).

Com o governo de Michel Temer, alguns dos progressos realizados a respeito da educação tiveram retrocesso<sup>4</sup> com a reforma do ensino médio promovida a partir de 2015. A Lei nº 13.415/2017 alterou a LDB e:

[...] estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022) e definindo uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. A mudança tem como objetivos garantir a oferta de educação de qualidade à todos os jovens brasileiros e de aproximar as escolas à realidade dos estudantes de hoje, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade. (BRASIL, 2017c, s.p.).

---

<sup>4</sup> Ao longo da escrita da dissertação até a data de defesa em 2019 e o processo de depósito, o que percebemos foi um aumento exponencial deste retrocesso. Este não se deu somente no que concerne às populações negras, mas também às pautas indígenas, das mulheres e das crianças, passando pelo cerceamento de alguns direitos básicos (trabalhistas, educacionais e de moradia) até o corte de bolsas de pesquisa na graduação e pós-graduação. Isso nos faz refletir sobre a urgência de debates como o que propomos na pesquisa com o foco na profissão bibliotecária e a temática negra.

---

Em seu Artigo 35-A, a referida lei estabelece que

A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:

I - linguagens e suas tecnologias;

II - matemática e suas tecnologias;

III - ciências da natureza e suas tecnologias;

IV - ciências humanas e sociais aplicadas. (BRASIL, 2017a, s.p.).

Com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conteúdos como filosofia, sociologia, artes e educação física deixaram de ser obrigatórios no ensino médio. Embora ainda passe por algumas mudanças, a BNCC já foi homologada pelo Ministério da Educação (MEC) e, segundo informa seu portal *online*, a mesma “deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil” (BRASIL, 2017b, s.p.). Cada instituição terá até 2022 para adaptar seus currículos e deverá oferecer aqueles conteúdos que estiverem previstos na BNCC, que passa a definir o conteúdo mínimo a ser ministrado em sala de aula e as disciplinas que estarão obrigatoriamente no ensino médio. Assim, passaram a ser obrigatórias somente as disciplinas de português e matemática nos três anos do ensino médio.

Quando analisamos as culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula no ensino médio, as mesmas não aparecem no documento citado. No ensino fundamental, os temas da educação étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena instituídos pelas Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 e os Pareceres CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004 (BRASIL, 2003, 2004a, 2004b, 2008) são citados na BNCC. Na referida Base, “essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de **forma contextualizada**” (BRASIL, 2018, p. 20, grifo nosso).

No contexto internacional, com a participação de representantes do Brasil na III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas foi firmado o compromisso do País em realizar a implementação do Programa

---

<sup>5</sup> Esta Conferência Mundial foi realizada de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001 em Durban, África do Sul e contou com a presença de representantes de diversos países, entre eles, do Brasil. Foi a partir dessa

---

de Ação da Declaração de Durban, que busca à promoção e fomento do ensino e objetiva a capacitação e atividades educacionais que sejam relacionadas aos direitos humanos e à luta contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância (SILVA JÚNIOR, 2002a). Ainda no âmbito mundial, no ano de 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU), corroborando com a Declaração de Durban e o Programa de Ação, proclama pela resolução 68/237, a Década Internacional dos Afrodescendentes durante o período de 2015 a 2024 em Assembleia Geral (ORGANIZAÇÃO..., 2013). Conforme a ONU, o:

O período também é uma oportunidade única de apoiar o Ano Internacional de Povos Afrodescendentes, observado pela comunidade internacional em 2011, além de destacar a importante contribuição dada pelas e pelos afrodescendentes para nossas sociedades e propor medidas concretas para promover a sua plena inclusão, o combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância. (ORGANIZAÇÃO..., 2017, s. p.).

No entanto, apesar dos esforços das últimas décadas, com a eleição do novo governo em 2018 que se iniciou em 2019, ainda não sabemos quais dos direitos já conquistados serão mantidos e qual será o papel do Estado na manutenção de desigualdades.

A despeito dos avanços do movimento negro para a inserção das culturas afros na educação, muitas áreas do conhecimento ainda não aderiram à introdução das culturas africana e afro-brasileira no currículo. Quando refletimos sobre a inserção dessas culturas na matriz curricular dos cursos de Biblioteconomia, sentimos a necessidade de analisar e pesquisar como as mesmas estão sendo implementadas na formação do bibliotecário e profissional da informação, bem como na prática docente biblioteconômico-informacional. Com escolas e instituições de ensino cada vez mais

---

Conferência que foi elaborada a “Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata”. O ano de 2001 foi o Ano Internacional de Mobilização contra o Racismo e Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata e tinha o objetivo de “chamar a atenção do mundo para os objetivos da Conferência Mundial e dar lugar a um novo momento para o compromisso político de eliminar todas as formas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata” (DECLARAÇÃO..., 2001, p. 3-4).

pluriétnicas por conta das políticas públicas<sup>6</sup> e ações afirmativas<sup>7</sup>, se torna desafiador a formação de bibliotecários/profissionais da informação que sejam mais sensíveis e respeitosos à diversidade étnico-racial dos frequentadores e utilizadores dos serviços e produtos de bibliotecas e de unidades de informação.

Embora não reconheçamos como único movimento no tocante à questão das culturas africanas, a seguir, apresentaremos a vertente da *Black Librarianship* dos Estados Unidos, movimento dos bibliotecários afro-americanos que dedicou-se ao estudo e à luta pelo reconhecimento das culturas e histórias africanas na sociedade a partir da Biblioteconomia.

### **3 BIBLIOTECONOMIA NEGRA AMERICANA: A LUTA PELA FORMAÇÃO BIBLIOTECONÔMICA E ACESSO À BIBLIOTECA PELOS AFRO-AMERICANOS**

O movimento pelos direitos civis teve um profundo impacto na Biblioteconomia, assim como ocorreu em toda a sociedade americana daquele período. Organizações e indivíduos desempenharam importantes papéis ao moverem bibliotecas e associações de bibliotecas à busca pela igualdade racial, lutando contra a segregação racial existente nos Estados Unidos (LIPSCOMB, 2005).

A luta dos bibliotecários negros que atuaram na Biblioteconomia americana teve seu início a partir do *library movement* do século XIX. Em 1900, Edward Christopher Willians tornou-se o primeiro bibliotecário negro graduado pela Escola de Biblioteconomia do Estado de Nova York após realizar sua formação no período de um ano ao invés de dois anos (JOSEY, 1969 apud RAYMAN, 2015; JORDAN, 2000). Entre os

---

<sup>6</sup> Embora não possua consenso quanto ao seu conceito, para este trabalho, o conceito de política pública é que se trata de uma diretriz criada para solucionar um problema público. Uma política pública possui dois elementos principais: a intencionalidade pública e a “resposta a um problema público”. É, então, “uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação fazem parte da política pública” (SECCHI, 2014, p. 02).

<sup>7</sup> O termo “ação afirmativa” teve sua origem nos Estados Unidos em 1960. Com fim das leis segregacionistas e a luta do movimento negro norte-americano pelo acesso a direitos civis, foi reivindicado que o Estado, além de garantir leis antissegregacionistas, também fosse ativo no compromisso de uma vida melhor para a população negra. Por isso, surgiu a ação afirmativa como uma ideia que representasse essa posição ativa do Estado (MOEHLECKE, 2002). Além do Brasil, países como Austrália, Índia, Malásia, Austrália, Nigéria, África do Sul, Argentina e Cuba também tiveram experiência no uso de ações afirmativas. Nesses cenários, as ações afirmativas podiam ser: a) programas do governo ou de empresas privadas; b) ações voluntárias, obrigatórias ou mistas; c) leis e orientações. No Brasil, as ações afirmativas surgiram, pois “movimentos sociais começaram a exigir uma postura mais ativa do Poder Público diante das questões como raça, gênero, etnia, e a adoção de medidas específicas para sua solução, como as ações afirmativas” (MOEHLECKE, 2002, p. 203).

---

anos de 1900 a 1936, 180 afro-americanos se graduaram em Biblioteconomia, conforme consta em *A Directory of Negro Graduates of Accredited Library Schools, 1900-1936* (COLUMBIA CIVIC LIBRARY ASSOCIATION, 1937).

A *Hampton Institute Library School* foi a única Escola de Biblioteconomia do Sul dos Estados Unidos a aceitar estudantes negros entre o período de 1925 a 1939. Ao total, o *Hampton Institute* graduou 183 bibliotecários negros durante o período de sua existência. Entre os profissionais oriundos da *Hampton Institute Library School*, podemos citar Eliza A. Gleadon, Josephine Thompson, Wallace Van Gleason, Augusta Baker, Zenobia Coleman, Albert P. Marshall, E. J. Josey, entre outros (JORDAN, 1977; SILVA, SALDANHA, 2018). Conforme Jordan (2000, p. 19, tradução nossa) elucida:

Antes do estabelecimento da *Hampton Institute Library School*, na Virgínia, bibliotecários negros treinados profissionalmente recebiam sua educação em instituições predominantemente brancas. A Escola de Biblioteconomia de Hampton foi fechada em 1939 e, em 1941, a Escola de Serviços de Biblioteca da Universidade de Atlanta assumiu a responsabilidade de educar a maioria dos bibliotecários negros americanos. Das fileiras de graduados de Hampton, então, vieram a maioria dos pioneiros da Biblioteconomia americana que, por acaso, eram negros.

Com o encerramento da Escola de Biblioteconomia do *Hampton Institute*, durante algum tempo, os profissionais tiveram acesso somente a programas *para-profissionais*<sup>8</sup> de atualização profissional ou cursos de verão. No Norte, eram diversas as Escolas de Biblioteconomia que permitiam o ingresso de afro-americanos em seus cursos (RAYMAN, 2015). No entanto, os estudantes negros que as frequentavam tinham dificuldades devido à desigualdade racial não formalizada (AMERICAN..., 1939 apud RAYMAN, 2015; GUNN, 1986 apud RAYMAN, 2015). Conforme Lipscomb (2004, s.p., tradução nossa):

A segregação racial das bibliotecas, a inexistência ou insuficiência de coleções e serviços de bibliotecas para minorias e desigualdades para bibliotecários, frequentemente estavam debaixo da superfície – não discutidos ou não reconhecidos. Os esforços para mover a Biblioteconomia para a integração e os direitos civis eram dolorosamente lentos, às vezes refletindo mudanças na sociedade como um todo e, outras vezes, em seu próprio ritmo.

---

<sup>8</sup> *Para-profissional* é um título de trabalho dado a pessoas em vários campos ocupacionais, que são treinados para auxiliar profissionais, mas que não possuem licenciatura profissional (OXFORD UNIVERSITY PRESS, 2018).

O racismo também estava presente na vida profissional dos bibliotecários afro-americanos. Na Conferência Anual da *American Library Association* (ALA) de 1936 realizada em Richmond, por exemplo, bibliotecários negros foram impedidos de participar de sessões da Conferência devido às Leis de Segregação Racial (RAYMAN, 2015). Embora os bibliotecários negros tivessem sido convidados pela ALA a participarem da Conferência, a Associação publicou na imprensa uma carta pública informando as condições para a participação dos mesmos (RAYMAN, 2015). Apesar de serem autorizados a ingressarem nos hotéis pela mesma entrada que os delegados brancos, os delegados negros não podiam ficar nos quartos dos hotéis anfitriões da Conferência e nem participarem das refeições, devido às Leis segregacionistas da Virgínia. Além disso, haviam assentos das salas de reuniões que eram reservados aos bibliotecários e delegados negros. Essa atitude da Associação causou comentários contra o tratamento desigual dado pela ALA aos bibliotecários e delegados negros (RAYMAN, 2015).

Como resposta, a ALA criou um Comitê contra a Discriminação Racial, em dezembro de 1936. No relatório do Comitê publicado em janeiro de 1937, no *Bulletin of the American Library Association*, a Associação resolveu que estipularia as condições em que aceitaria a hospitalidade “com o devido respeito pelo seu próprio respeito e a de seus membros”. No entanto, não se opôs a qualquer parte geográfica do país para a realização da Conferência anual e informou que a condição para a seleção dos locais da mesma estaria condicionada à admissão de todos os membros em situação de igualdade total (RAYMAN, 2015). Esse episódio segregacionista ocorrido na Virgínia fez com que somente em 20 anos depois a ALA retornasse a realizar outra Conferência no Sul em um espaço não-segregado. Mesmo assim, os bibliotecários negros encontravam dificuldades para se hospedarem e eram obrigados a ficar com amigos ou parentes ou em pequenos hotéis (MARSHALL, 1970 apud RAYMAN, 2015).

A história da Biblioteconomia Negra dos Estados Unidos não possui somente bibliotecários entre o *roll* dos influenciadores. Existiram também “homens ilustres de livros”, ou seja, eruditos que marcaram essa vertente. Encontramos aqui os bibliófilos Arthur Schomburg e Henry P. Slaughter e o bibliógrafo Monroe Nathan Work (JORDAN, 2000; SILVA; SALDANHA, 2018).

Dentre os bibliotecários negros atuantes na luta contra a segregação racial na Biblioteconomia americana e oriundos do *Hampton Institute*, destacamos E. J. Josey

---

(1924-2009). Professor emérito do Departamento de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Escola de Biblioteconomia e Ciências da Informação da Universidade de Pittsburgh e ex-presidente da ALA (1984-1985), é considerado um dos mais importantes defensores dos direitos civis e da igualdade de oportunidades para bibliotecários afro-americanos, assim como um mentor para outros grupos sociais. Josey participou de movimentos civis contra a segregação e contra a discriminação racial, de idade, de gênero ou orientação sexual, tornando-se “o primeiro bibliotecário afro-americano a ser aceito como membro da *Georgia Library Association*” (AFRICOLOGY..., 2009, p. 235, tradução nossa). Foi membro da ALA por mais de 48 anos e também presidiu o Comitê de Relações Internacionais da Associação (AFRICOLOGY..., 2009). Em 2002, tornou-se “membro honorário da ALA, a maior honra da associação, em reconhecimento a suas destacadas contribuições de importância duradoura para Bibliotecas e Biblioteconomia” (AFRICOLOGY..., 2009, p. 235, tradução nossa).

Dentre os fatos importantes da carreira deste bibliotecário afro-americano, educador e intelectual, destacamos que o mesmo foi coeditor, em 1977, do *Handbook of Black Librarianship*, em parceria com Ann Allen Shockley, e apresentou a cronologia de eventos que fazem parte da Biblioteconomia Negra Americana. (JORDAN; JOSEY, 1977; SILVA, SALDANHA, 2018). No ano de 1994, editou a segunda edição do *Handbook of Black Librarianship* juntamente Marva L. DeLoach no ano de 2000 (AFRICOLOGY..., 2009). Além disso, em 1970 fundou a *Black Caucus of the American Library Association* (BCALA)<sup>10</sup>, criada para atender às necessidades dos bibliotecários negros e para “agir ao invés de reagir” (JOSEY, 1994 apud RAYMAN, 2015). No preâmbulo do documento intitulado *Constitution and Bylaws of the Black Caucus of the American Library Association* (Constituição e Estatuto da Convenção Política Negra da Associação Americana de Bibliotecas) criado em 21 de janeiro de 1970 e alterado em 25 de junho de 2017, consta que, por considerarem a existência de um “atraso crítico no desenvolvimento da Biblioteconomia para os negros e considerando que há saídas inadequadas para os estudos e relatórios sobre questões relativas a cidadãos negros

---

<sup>9</sup> Josey não foi o primeiro presidente negro da ALA. De 1975 a 1976, Clara Jones presidiu a Associação e desde sua eleição já houve quatro presidentes negros. ALA concede bolsas de estudos de Biblioteconomia a bibliotecários negros desde 1997. A *Black Caucus* concede a bolsa de estudos E. J. Josey desde 1994. (JOSEY, 1994 apud RAYMAN, 2015).

<sup>10</sup> A Missão da BCALA é servir “[...] como uma defensora do desenvolvimento, promoção e melhoria dos serviços e recursos da biblioteca para a comunidade afro-americana da nação; e fornece liderança para o recrutamento e desenvolvimento profissional de bibliotecários afro-americanos” (BLACK CAUCUS..., 2018a, s. p., tradução nossa).

americanos” e considerando que a profissão bibliotecária, em geral, e a ALA, em especial, haviam sido lentas em responder aos problemas dos negros, os membros negros da ALA resolveram se unir para criar a BCALA (BLACK CAUCUS..., 2017, p. 01, tradução nossa). Em seu Artigo 2º, este documento apresenta o propósito geral da BCALA, ou seja, “organizada exclusivamente para promover o desenvolvimento de serviços de bibliotecas e informação para afro-americanos e outras pessoas de ascendência africana” (BLACK CAUCUS... 2017, p. 01, tradução nossa). O documento informa sobre reuniões, membros, disposição de ativos, estatuto, eleições e emendas, bem como encoraja os membros da BCALA a integrarem a ALA, demonstrando a importância da participação dos membros negros na Associação visando o fortalecimento do grupo social e suas pautas. (BLACK CAUCUS..., 2017).

Com a criação deste movimento, surgiram também associações e organizações de Bibliotecas, visto que a primeira edição de Jordan e Josey (1977) e a segunda edição de Josey e DeLoach (2000) abordam as primeiras organizações: a) *Alabama Association of School Librarians (AASL)* – foi uma associação de bibliotecários escolares afro-americanos do Alabama. (ROBINSON, 2000); b) *The Librarians’ Section of the Georgia Teachers and Education Association (GTEA)* – A “Seção de Bibliotecários da Associação de Professores e Educação” foi criada em 1950 por um grupo de treze bibliotecários que, em 1949, se reuniu para a discussão e o compartilhamento de problemas e busca de soluções com a então consultora da Biblioteca Estadual, Clarice Jones Alston. (LEWIS, 2000); c) *North Carolina Negro Library Association (NCNLA)* – Associação criada em abril de 1934, a partir da união de vinte e seis bibliotecários reunidos na Universidade de Shaw, Carolina do Norte, para discutir a formação da mesma, bem como as condições que foram percebidas pela comunidade educacional negra (MARSHALL, 2000).

A *Black Librarianship* da década de 1960, pontuada no *Handbook of Black Librarianship* de 1977, traz a realidade dos profissionais negros que eram membros de organizações nacionais e se depararam com o racismo dentro dessas organizações profissionais. Conforme Silva e Saldanha (2018, p. 299), a “Bibliografia descritiva” apresentada no *Handbook of Librarianship* pode ser considerada como “manifesto da luta sobre as disputas do meio social na qual o campo biblioteconômico-informacional se insere objetivamente”. Como podemos perceber, as lutas sociais fazem parte da Biblioteconomia Negra Americana e a união dos bibliotecários e não bibliotecários em prol da educação da população afro-americana foi o fio condutor dessas lutas e da atuação política dentro da Biblioteconomia Estadunidense. No contexto brasileiro, seria

---

possível delinear a existência de uma Biblioteconomia Negra Brasileira, tendo por base a construção de uma crítica da formação dos bibliotecários do país?

#### **4 BIBLIOTECONOMIA NEGRA BRASILEIRA**

Como podemos perceber na seção anterior, existiram elementos (autores antirracistas, bibliografias produzidas por bibliotecários afro-americanos, escolas de Biblioteconomia para formação de bibliotecários negros, criação de associações e incentivo à participação de bibliotecários negros na ALA, estímulo à formação em Biblioteconomia, entre outros aspectos) que consolidaram a *Black Librarianship* dos Estados Unidos enquanto movimento pelas causas sociais e educacionais de Bibliotecários negros americanos.

Para esta pesquisa, a Biblioteconomia Negra Brasileira é reconhecida como um movimento reflexivo que discute a formação na área, a atuação bibliotecária de profissionais negros e a produção científica realizada por bibliotecários negros e não-negros sobre questões étnico-raciais. O movimento envolve os aspectos que respondem pela condição social das populações de origem africana no Brasil através das lentes teórico-metodológicas da Biblioteconomia. Esse movimento se utiliza inicialmente da teoria e das técnicas da bibliografia como instrumento de resistência, visibilidade e representação da identidade da população negra brasileira.

Pensando no contexto brasileiro, buscamos verificar a construção de um movimento para a consolidação da Biblioteconomia Negra Brasileira. Não pretendemos comparar os movimentos dos Estados Unidos e do Brasil, mas, sim, a partir de cada contexto, conforme o método da *Black Librarianship* (centralmente estruturado em uma preocupação bibliográfica) analisar criticamente quais os aspectos, eventos, atores e elementos que poderiam ser considerados os precursores de uma Biblioteconomia Negra Brasileira. Aproveitamos para elucidar que esta etapa não busca cumprir um papel “etapa metodológica”, mas sim, busca a construção crítico-argumentativa do referencial teórico desta pesquisa.

Segundo Aquino e Santana (2005, p. 02), “a informação, o conhecimento, a sabedoria, os gestos, as relações e os valores do homem africano foram sistematizados no discurso eurocêntrico como nocivos à cultura branca”. Além disso, a historiografia

brasileira buscou invisibilizar e apagar as culturas africanas e afrodescendentes em diversas áreas do conhecimento e permitir que as perspectivas eurocentradas se tornassem a “norma” e o “padrão” a serem seguidos. Embora tenhamos conhecimento que os estudos sobre BCI criados no Brasil advêm das vertentes americanas e francesas, refletimos que somente um “certo lado da história” foi realçado dentro do ensino e formação do bibliotecário e profissional da informação brasileira. Vide o caso da *Black Librarianship* americana: quando fizemos a pesquisa pelos termos “*Black Librarianship*”, “*Black Librarianship Americana*” e “Biblioteconomia Negra Americana”, não obtivemos nenhuma recuperação de informações a este respeito na Base Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Brasil.

Até onde a pesquisa nos permitiu identificar, o capítulo de livro publicado por Silva e Saldanha (2018) intitulado “As Culturas Africanas e Afrodescendentes em Biblioteconomia & Ciência da Informação no Brasil: Epistemologia histórica, pensamento crítico e meio social” foi um dos primeiros a abordar a *Black Librarianship Americana* no Brasil. Os manuais de história da Biblioteconomia mundial e brasileira disponíveis no Brasil tendem a reduzir toda a construção da Biblioteconomia estadunidense ao discurso tecnicista, sem se atentar para a construção crítico-social de diferentes linhas de pensamento dessa heterogênea tradição, como o caso da questão do negro. No referido estudo, os autores ressaltam que um dos motivos para ainda estarmos em construção de uma Biblioteconomia Negra Brasileira é o fato de que certas pesquisas sobre as culturas dentro da BCI ainda são discutidas como inaugurais, sem buscar reforçar os autores que já as estudavam, tornando-se, assim, “uma série ininterrupta de desconstruções isoladas” (SILVA; SALDANHA, 2018, p. 292). Nesse sentido, a importância da presente pesquisa está também em identificar, descrever e analisar fatos, atores e estudos sobre as culturas africanas e afrodescendentes dentro da BCI brasileira visando estabelecer a Biblioteconomia Negra Brasileira.

Alguns eventos poderiam ser considerados demarcadores dessa Biblioteconomia Negra no Brasil. Considerando os limites desta pesquisa, encontramos como primeiro material bibliográfico sobre as populações de origem africana publicado pela Biblioteca Nacional o livro intitulado “Para uma história do negro no Brasil” lançado em 1988 (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988). Com 64 páginas, essa obra aborda a escravidão no Brasil, o fim do tráfico negreiro, o movimento abolicionista e a busca de cidadania e igualdades pela população negra. A sua publicação foi possível por conta da Lei nº 7.505/1986 (Lei

---

Sarney) com recursos concedidos pela Fundação Nestlé de Cultura para a Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988).

Com relação à formação bibliotecária, Regina Santos Silva Tonini foi a primeira mulher negra graduada em Biblioteconomia e Documentação no ano de 1966 pela Universidade Federal da Bahia e tornou-se Mestre em Ciências da Informação em 1998, pela Universidade de Brasília (UnB) com a dissertação intitulada “Análise de Custos de Produtos e Serviços de Informação e Documentação”. Regina Tonini, posteriormente, foi contratada em 1975 pela Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), onde atua até hoje.

Quanto à atuação docente, Maria Aparecida Moura foi a primeira bibliotecária negra que se tornou Professora Titular na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Além de ser uma professora negra dentro de uma instituição renomada, sua atuação dentro da Escola de Ciência da Informação (ECI/UFMG) tem auxiliado em diversas pautas em prol da diversidade étnico-racial e antirracista, como no caso do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão “Ações Afirmativas na UFMG”, articulado juntamente com Professora Nilma Lino Gomes, da Faculdade de Educação da Instituição, no ano de 2001. Este Programa foi aprovado no Concurso Nacional “Cor no Ensino Superior”, promovido pelo Programa Políticas da Cor, do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), com apoio da Fundação Ford (CHAGAS, 2019). “A principal proposta do projeto era promover a entrada e permanência de estudantes negros(as), sobretudo os(as) de baixa-renda, nos cursos de graduação e pós-graduação da UFMG” (CHAGAS, 2019, p. 22). Além disso, esta docente e bibliotecária negra tornou-se Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2 no ano de 2016, bem como teve participação em outros projetos que visavam à inclusão de “pessoas vindas de grupos historicamente desfavorecidos na academia, como o Programa Afirmção na Pós-graduação, fruto de consórcio entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) e o CEFET/MG” (CHAGAS, 2019, p. 23).

Quanto às entidades de classe, em 09 de outubro de 1984, o bibliotecário Edson Miguel de Jesus tomou posse como Presidente da 7ª Gestão do CFB (1984/1987) e tornou-se (conforme os dados da presente pesquisa) o primeiro presidente negro do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) (CONSELHO FEDERAL..., 2019). Na 12ª Gestão do CFB (2000/2003), José Fernando Modesto da Silva tornou-se o segundo presidente negro do Conselho entre agosto de 2000 a março de 2002. Antes de ser

Presidente do CFB, já havia sido Conselheiro em Gestões anteriores e foi também Presidente na 9ª Gestão do Conselho Regional de Biblioteconomia 8ª Região (CRB-8) no período de 1991 a 1993 (CONSELHO FEDERAL..., 2015). Em 2015, Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda tornou-se o primeiro bibliotecário negro diretor da Direção de Avaliação e Informações Institucionais (DAINF) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e, em 2019, foi eleito como o terceiro presidente negro do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), na 18ª Gestão (2019/2021).

Sobre a atuação bibliotecária em prol da inserção das questões étnico-raciais nos CFB/CRB, no ano de 2016, a bibliotecária negra Dandara Baçã realizou uma petição intitulada “Presidência do CFB e CRBs: Criação da Comissão de equidade de raça e gênero no âmbito CFB/CRB ” na Avaaz.org com o principal objetivo de reivindicar uma “Comissão de Equidade de Raça e Gênero”. Dandara Baçã justifica que essa Comissão criada no âmbito do CFB permitirá a “participação aberta a todos os bibliotecários do país para discutirmos a equidade de gênero e raça para que possamos construir como classe a reflexão sobre essas questões de forma eficiente e eficaz” (BAÇÃ, 2016, s.p.).

Outro fator relevante para a Biblioteconomia brasileira em prol das lutas étnico-raciais refere-se à publicação, no ano de 2017, do “Repertório Bibliográfico Sobre a Condição do Negro no Brasil” coordenado pelo bibliotecário negro Raphael Cavalcante e pela psicóloga Clarissa Estrêla e publicado pela Câmara dos Deputados do governo federal. Com o intuito de contribuir para a celebração do Dia da Consciência Negra de 2017, houve a união do Comitê Gestor do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça e da Biblioteca da Câmara dos Deputados para a elaboração da obra.

Outro ponto de demarcação da Biblioteconomia Negra Brasileira é o livro “Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação política ” organizado pelas bibliotecárias negras, Franciéle Carneiro Garcês da Silva e Graziela dos Santos Lima. Publicado em 2018 pela Editora da Associação Catarinense de Bibliotecários (ACB), o livro possui 18 capítulos escritos por técnicas negras em Biblioteconomia e bibliotecárias e bibliotecários negros dos mais variados níveis acadêmicos (graduação, mestrado, doutorado) e de atuação profissional.

A partir dos resultados, podemos identificar que o primeiro trabalho sobre as culturas em questão foi apresentado no III Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (III ENANCIB) sob o título de “O charme e o acesso à automação através de diferentes linguagens comunicacionais” escrito por Arlete Nery

---

de Andrade, Judite dos Santos Rosário e Leila Beatriz Ribeiro no ano de 1997. Assim, podemos considerar que este foi o primeiro trabalho apresentado no ENANCIB que faz parte da Biblioteconomia Negra Brasileira e que, neste contexto, visou o resgate da “memória histórico-cultural do charme em favor do reconhecimento da auto-estima e da construção de uma identidade negro-brasileira” (ANDRADE; ROSÁRIO; RIBEIRO, 1997, p. 52).

Com relação aos primeiros trabalhos escritos por bibliotecários sobre as culturas africana e afro-brasileira, destacamos o trabalho intitulado “Informatização e organização do trabalho em bibliotecas universitárias: estudo comparado entre Brasil, Moçambique e África do Sul ” de Manuel Valente Mangue (não é brasileiro – é um pensamento que vem da África para o Brasil) e Helena Maria Tarchi Crivellari (MANGUE; CRIVELLARI, 2005) e o trabalho “Representação informacional e as temáticas nacionais: desafios e tendências para a elaboração de linguagens de indexação” de Maria Aparecida Moura (MOURA, 2005), também apresentados no VI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (VI ENANCIB).

Conforme pesquisa realizada na BRAPCI compreendendo o ano de 1988 a 2017, o primeiro artigo sobre as culturas foi escrito pela bibliotecária Brasilina Passarelli, com o título de “Hipermissão na aprendizagem - construção de um protótipo interativo: a escravidão no Brasil”, publicado na Revista Ciência da Informação no ano de 1993.

Ao avaliar o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBD), organizado pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), Silva e Saldanha (2018) encontraram, no período de 2013 a 2017, cinco trabalhos apresentados sobre as culturas relacionadas aos afros. Ao analisarmos os eventos de 2011, 2009 e 2007 não encontramos nenhum trabalho sobre as culturas na programação. No ano de 2017, foi inserida na programação do XXVII CBBD a roda de conversa “Conversando sobre as bibliotecas e a década Internacional de Afrodescendentes 2015-2024. Práticas, fazeres e desafios”, onde foi proposta a discussão, no âmbito da BCI, relacionada ao crescimento de pesquisas e debates em torno das relações raciais, dos estudos africanos e afro-brasileiras, da Lei Federal nº 10.639/2003 e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana.

Analisamos também os trabalhos apresentados nas edições do Painel Biblioteconomia em Santa Catarina de 1999 a 2017 e encontramos como primeiro artigo

---

apresentado sobre as culturas africana e afro-brasileira, “O Memorial Antonieta de Barros como veículo de disseminação e produção da informação” de Andreia Sousa da Silva e Elaine Rosângela de Oliveira Lucas (SILVA; LUCAS, 2005) apresentado no XXIV Painel Biblioteconomia em Santa Catarina no ano de 2005. Posteriormente, este artigo foi publicado na Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina como um dos melhores trabalhos apresentados no evento (SILVA; LUCAS, 2006). Em 2011, foi apresentado no 30º Painel Biblioteconomia em Santa Catarina o relato de experiência “Disseminando a igualdade: um balanço da Biblioteca de Referência sobre diversidade cultural – BRDC/NEAB/UFSC (2009/2010)” de Graziela dos Santos Lima e Paulino de Jesus Francisco Cardoso que abordou a experiência de biblioteca especializada nas culturas africana e afro-brasileira (LIMA; CARDOSO, 2011).

No ano de 2018, foi realizado o 36º Painel Biblioteconomia em Santa Catarina, sob a coordenação da bibliotecária negra, Andreia Sousa da Silva, tendo como tema “A formação política e os espaços transformadores de atuação do bibliotecário no contexto atual”. Neste evento, foi oferecida a oficina “Questões étnico-raciais na formação e na atuação do bibliotecário”, ministrada por Franciéle Carneiro Garcês da Silva, Andreia Sousa da Silva e Graziela dos Santos Lima (PAINEL..., 2018), bem como contou com o lançamento do livro “Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação política”. Com capítulos produzidos por bibliotecárias e bibliotecários negros com relatos de experiência em unidades de informação, resultados de pesquisas de mestrado e doutorado e experiências docentes. Entre as comunicações orais apresentadas no evento, destacamos o trabalho “(Re)existir: narrativas negras na Biblioteconomia” dos bibliotecários negros, Elisângela Gomes e Erinaldo Dias Valério, apresentado no eixo educacional, que contemplava as culturas africanas e afro-brasileiras dentro da área (PAINEL..., 2018).

Com relação ao ensino de Biblioteconomia vinculado às questões étnico-raciais, em 2017, o artigo intitulado “As temáticas africana e afro-brasileira em Biblioteconomia e Ciência da Informação” de Franciéle Carneiro Garcês da Silva, Daniella Camara Pizarro e Gustavo Silva Saldanha, apresentado no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) e, posteriormente, publicado na revista Tendências de Pesquisa em Ciência da Informação, promoveu uma crítica epistemológica frente à construção da formação em Biblioteconomia e focou nos problemas apontados na área buscando reconhecer como estão sendo desenvolvidas (ou se estão ausentes) as temáticas

---

africana e afro-brasileira na constituição da Biblioteconomia Brasileira (SILVA; PIZARRO; SALDANHA, 2017).

No ano de 2018, o livro “Bibliotecári@s negr@s: ação, pesquisa e atuação política” (SILVA; LIMA, 2018) trouxe alguns capítulos para pensar o ensino, a formação bibliotecária e a inclusão das temáticas étnico-raciais nos cursos e disciplinas. O capítulo “Pensando uma Biblioteconomia Afrodiaspórica” (LIMA; SILVA, 2018) aponta sugestões de bibliografias, autores, assuntos e temas a serem inseridos em disciplinas dos cursos visando a representação do que chamam de “Biblioteconomia Afrodiaspórica”. Disciplinas como Fundamentos da Biblioteconomia, Introdução à Biblioteconomia, Fundamentos da Organização do Conhecimento, Representação descritiva, Representação temática, Introdução ao Pensamento Filosófico e Científico receberam sugestões para a inserção de um pensamento que valorize as temáticas ligadas às pessoas negras e busque formar profissionais que sejam mais humanos e respeitosos da diversidade, identidade e dos saberes dessas populações (LIMA; SILVA, 2018).

Dávila Maria Feitosa da Silva e Erinaldo Dias Valério, em seu capítulo “Descolonizando o fazer bibliotecário: uma ação urgente e necessária” presente na obra supracitada, discutem a descolonização da prática e dos serviços oferecidos por bibliotecários. Neste capítulo, apresentam como a formação bibliotecária - entre outros pontos - possui suas bases vinculadas à colonialidade do saber e que o processo educativo acaba por promover a estereotipia da população negra e sua representação negativada em aparatos de construção do imaginário social. (SILVA; VALÉRIO, 2018).

Erinaldo Dias Valério publicou o capítulo “A formação política do(a) bibliotecário(a) no campo das relações raciais” no livro “Formação e atuação política na Biblioteconomia” no qual “debate questões preliminares sobre a formação política do(a) bibliotecário(a), no que se refere a atuação antirracista nas diferentes unidades de informação e apresentar algumas possibilidades de ação prática” (VALÉRIO, 2018, p. 285). Neste mesmo livro, Elisângela Gomes discute sobre o currículo de Biblioteconomia, a função social da área e a temática étnico-racial no contexto universitário (GOMES, 2018).

No que concerne à branquitude no ensino de BCI, o trabalho apresentado no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) de 2018 intitulado “A Branquitude nas Práticas docentes em Biblioteconomia e Ciência da Informação: Notas Teórico-Críticas sobre um Ensino no âmbito do preconceito racial” de Franciéle

---

Carneiro Garcês da Silva, Gustavo Silva Saldanha e Daniella Camara Pizarro objetivou “suscitar discussões sobre questões relacionadas ao impacto da branquitude na formação biblioteconômico-informacional” (SILVA; SALDANHA; PIZARRO, 2018, p. 3811).

Conforme buscamos demonstrar nesta seção existe formação, atuação, eventos e produção bibliográfica que compõem o que aqui chamamos de Biblioteconomia Negra Brasileira. Observamos uma crescente produção de estudos a partir dos anos 2000, talvez pela criação das Leis nº 10.639/2003, nº 11.645/2008, Diretrizes e Planos Nacionais para a inclusão das culturas do Negro no ensino e a Lei de Cotas nas Instituições de ensino superior. Assim, conforme, os dados apresentados até o momento, reafirmamos o discurso de Silva e Saldanha (2018, p. 304) que afirmara que “alguns avanços vêm sendo registrados no desenvolvimento de pesquisas voltadas para o estudo das culturas e tentativas de colocar em cena a visibilidade da história e cultura dos africanos e seus descendentes”.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS?**

Qual a relação dos fatos com o campo biblioteconômico-informacional? Muitos elementos fazem parte do fazer do profissional da informação e bibliotecário, fazer tal fundado e fundador de uma práxis que não pode deixar de ser vista parte da construção de um cidadão tecido no contexto social, com crenças, valores e preconceitos compartilhados. Nesse sentido, a formação profissional, se busca a construção de um ponto de vista crítico e dialético do plano social, orientar-se-ia para questões ligadas à sociedade, sua composição populacional e as demandas informacionais de todos os grupos que a compõe.

Contextualizado dentre as ciências sociais, o campo biblioteconômico-informacional abordaria, sob a via crítico-dialética, um olhar social e transformador a partir dos currículos e instrumentos normativos dos cursos, o incentivo à uma formação profissional voltada para a crítica da (com)formação social da realidade. Conhecer a produção científica, as lutas pela formação, acesso à informação e à biblioteca por parte das populações afro nos faz refletir sobre qual a contribuição de bibliotecários e profissionais da informação para a transformação da BCI que represente, de fato, as demandas trazidas pelas sociedades.

A pesquisa demonstra os caminhos da práxis de bibliotecários negros constituindo as possibilidades de transformação social em contextos demarcados pela exploração via o racismo. Os resultados permitem revelar formas de pensamento, teorias, métodos, escopos temáticos de atuação, bem como conduzem-nos a um modo de perceber as ferramentas biblioteconômico-informacionais, como a bibliografia, segundo instrumentos de luta contra a opressão e de formação de uma consciência ético-política.

## **REFERÊNCIAS**

AFRICOLOGY: The Journal of Pan African Studies. **In Memoriam:** E. J. Josey (1924-2009), v. 3, n. 1, 2009.

AQUINO, M. de A.; SANTANA, V. A. Para além dos discursos: imagens de inclusão social/racial na sociedade do conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2005.

ANDRADE, A. N. de; ROSÁRIO, J. dos S.; RIBEIRO, L. B. O charme e o acesso à automação através de diferentes linguagens comunicacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 3., Rio de Janeiro, 10 a 12 de setembro de 1997. **Anais...** Rio de Janeiro, 1997.

BAÇÃ, D. Presidência do CFB e CRBs: Criação da Comissão de equidade de raça e gênero no âmbito CFB/CRB. **AVAAZ.ORG:** petições da comunidade. S.l., 29 fevereiro de 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/6fj36o>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Para uma História do Negro no Brasil.** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1988. 65 p.

BLACK CAUCUS OF THE AMERICAN LIBRARY. **Constitution and Bylaws of the Black Caucus of the American Library Association.** Jun. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/xhw3oE>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

BLACK CAUCUS OF THE AMERICAN LIBRARY. **Our History.** 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/WzQ9sx>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União.** Brasília, 1996

---

BRASIL. Presidência da República. Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004. **Diário Oficial da União**. Brasília: MEC, 2004a.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP 003/2004. **Diário Oficial da União**. Brasília: MEC, 2004b.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. **A Secretaria**. Brasília, 2017a.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2017b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Novo Ensino Médio** - perguntas e respostas. Brasília, 2017c. Disponível em: <<http://twixar.me/9H53>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Acesse o e-MEC**. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/q7VG3v>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

CAVALCANTE, R. ESTRÊLA, C. (Coord.) **Repertório Bibliográfico sobre a condição do negro no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

CHAGAS, I. C. D. Maria Aparecida Moura, entre habitar mundos e fincar bandeiras. In: FREITAS, V. G. (Org.). **Intelectuais negros: vozes que ressoam**. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2019.

COLUMBIA CIVIC LIBRARY ASSOCIATION. **A Directory of Negro Graduates of Accredited Library Schools, 1900-1936**. Washington, D.C., 1937.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **SISTEMA CFB/CRB. 7ª Gestão (1984-1987)**: Presidente Edson Miguel de Jesus. Brasília, DF, 2019.

GOMES, E. O ensino de Biblioteconomia e as relações étnico-raciais. In: SPUDEIT, Daniela. F. A. de O.; PEREIRA, Danielle B.; LOBÃO, Irajayna de S. L.; DAVID, Jéssica G. (Org.). **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018.

JORDAN, C. L. African American Forerunners in Librarianship. In: JOSEY; E. J.; SCHOCKLEY, A. A. (Eds.). **Handbook of black librarianship**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1977.

JORDAN, C. L. African American Forerunners in Librarianship. In: JOSEY, E. J.; DELOACH, M. (Ed.). **Handbook of Black librarianship**. 2. Ed. Lanham, Maryland and London: The Scarecrow Press Inc., 2000.

JORDAN, C. L.; JOSEY, E. L. A Chronology of Events in Black Librarianship. In: JOSEY, E. J.; SCHOCKLEY, A. A. (Eds.). **Handbook of black librarianship**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1977.

JOSEY, E. J.; SCHOCKLEY, A. A. (Eds.). **Handbook of black librarianship**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1977.

JOSEY, E. J.; DELOACH, M. (Ed.). **Handbook of Black librarianship**. 2. Ed. Lanham, Maryland and London: The Scarecrow Press Inc., 2000.

LEWIS, L. S. Georgia Teachers and Education Association, Librarians' Section. In: JOSEY, E. J.; DELOACH, M. (Ed.). **Handbook of Black librarianship**. 2. Ed. Lanham, Maryland and London: The Scarecrow Press Inc., 2000.

LIMA, G. dos S.; CARDOSO, P. de J. F. Disseminando a igualdade: um balanço da biblioteca de referência sobre diversidade cultural - BRDC/NEAB/UDESC (2009/2010). In: PAINEL BIBLIOTECONOMIA EM SANTA CATARINA, 30. Florianópolis, 07 e 08 de outubro de 2011 **Anais...** Florianópolis: ACB, 2011.

LIPSCOMB, C. E. Race and librarianship: part I. **Journal of the Medical Library Association**. v. 92, n. 3, p. 299-301, jul. 2004.

LIPSCOMB, C. E. Race and librarianship: part II. **Journal of the Medical Library Association**, v. 93, n. 3, p. 308-310, jul. 2005.

MANGUE, M. V.; CRIVELLARI, H. M. T. Informatização e organização do trabalho em bibliotecas universitárias: estudo comparado entre Brasil, Moçambique e África do Sul. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2005.

MARSHALL, A. P. North Carolina Negro Library Association. In: JOSEY, E. J.; DELOACH, M. (Ed.). **Handbook of Black librarianship**. 2. Ed. Lanham: The Scarecrow Press Inc., 2000.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 197-217, nov. 2002.

MOURA, M. A. Representação informacional e as temáticas nacionais: desafios e tendências para a elaboração de linguagens de indexação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2005.

---

RAYMAN, Denise. Action, Not Reaction: Integrating the Library Profession. **American Library Association Archives**, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/f3wZXP>>. Acesso em: 14 mar.2018.

SILVA, A. S. da; LUCAS, E. R. O. **O Memorial Antonieta de Barros como veículo de disseminação e produção da informação**. In: PAINEL BIBLIOTECONOMIA EM SANTA CATARINA, 24., Florianópolis, 31 de agosto a 2 de setembro de 2005.

SILVA, A. S. da; LUCAS, E. R. O. O Memorial Antonieta de Barros como veículo de disseminação e produção da informação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 83-96, 2006.

SILVA, F. C. G. da; PIZARRO, D. C.; SALDANHA, G. S. As Temáticas Africana e Afro-brasileira em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 10, p. 1-21, 2017.

SILVA, F. C. G. da; SALDANHA, G. S. As culturas africanas e afrodescendentes em Biblioteconomia & Ciência da Informação no Brasil: Epistemologia Histórica, pensamento crítico e meio social. In: SPUDEIT, D. F. A. de O.; PEREIRA, D. B.; LOBÃO, I. de S. L.; DAVID, J. G. (Org.). **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018.

SILVA, F. C. G. da; SALDANHA, G. S.; PIZARRO, D. C. A Branquitude nas Práticas docentes em Biblioteconomia e Ciência da Informação: Notas Teórico-Críticas sobre um Ensino no âmbito do preconceito racial. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 19., Londrina, 22 a 26 de outubro de 2018. **Anais...** Londrina: UEL; ANCIB, 2018.

SILVA, D. F.; VALÉRIO, E. Descolonizando o fazer bibliotecário: uma ação urgente e necessária. In: SILVA, F. C. G. da; LIMA, G. S. (Org.). **Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação política**. 1. Ed. Florianópolis, SC: ACB, 2018.

VALÉRIO, E. D. A formação política do/a bibliotecário/a no campo das relações raciais. In: SPUDEIT, D. F. A. de O.; PEREIRA, D. B.; LOBÃO, I. de S. L.; DAVID, J. G.(Org.). **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018.

## AGRADECIMENTOS

A pesquisa obteve o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).